

VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA EXPERIÊNCIA DE CAMPO

Aline Cristina Monteiro Ferreira

Andressa Santos

Gabriele Gris

Karen Pereira Bisconcini

Karoline Martins Martins de Oliveira

Liana Reis dos Santos

Introdução

O presente artigo relata uma experiência de campo etnográfica. Experiência esta proposta pela professora da disciplina de Antropologia aos alunos de primeiro ano do curso de psicologia da UEL em Londrina-Pr como uma forma avaliativa. A tarefa consistia em relacionar os conteúdos teóricos refletidos em sala de aula, como cultura, identidade e alteridade, com a realidade concreta somada aos conteúdos do segundo semestre intitulado Corpos, Práticas e Representações. Saímos, munidas do Diário de Campo, ferramenta indispensável na apreensão das significações das experiências vividas pelos sujeitos de uma dada cultura, com a missão de conhecer para então revelar, as representações apreendidas com relação ao subtema de nosso trabalho de pesquisa intitulado: Corpo e Violência.

Para realizar este estudo foi necessária, inicialmente, uma revisão teórica no campo das Ciências Humanas. Trabalhamos com conceitos que permitissem compreender, posteriormente, algumas questões acerca da violência de gênero. Um desses conceitos foi apreender o significado do termo Cultura. Quem fala, fala para alguém, de algum lugar ao qual pertence. De forma sucinta, a definição de cultura remete a códigos socialmente estabelecidos formados por gestos, falas, sons, imitações e todo conjunto de símbolos que compõem o que Geertz (1978) nomeou como sendo um sistema simbólico de significação, cuja interpretação é somente possível por meio dos acontecimentos sociais, comportamentos e instituições.

Esta definição de cultura permeia os estudos sobre violência e gênero nos diversos contextos das humanidades. Um breve levantamento sobre esta temática possibilitará explorar as representações presentes nos dados por nós coletados nos discursos que formaram a parte prática deste trabalho.

Faz-se necessário aqui, compreender como e por que o conceito de gênero começou a ser utilizado. Segundo Santos (2009), falar de gênero é falar da relação entre homem e mulher, através das mudanças que ocorreram durante o processo histórico no “mundo dos homens e no mundo das mulheres”. Tais mudanças levaram pesquisadores a elaborar o conceito teórico de gênero, com o intuito de dar conta de elucidar o universo da diferença entre os sexos. Deste modo, gênero é a forma de “se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres” (Santos, 2009, p. 4).

Algumas questões históricas, como as discutidas por Costa (1992), demonstram que os estudos de gênero no Brasil acompanharam as mudanças e divergências temporo-espaciais dos movimentos feministas do mundo francês e anglo-saxônico, a partir da introdução de diversificadas e novas temáticas, sem que as anteriores fossem abandonadas. Diante disso, não se pode negar que, ao longo das lutas travadas pelas mulheres, por uma sociedade mais justa, tenha havido um modelo feminista cerceando tais discursos de gênero, violência e sobre a categoria das “mulheres”, ou seja, o sujeito do feminismo, em busca de sua emancipação. Lipovetsky (2000) coloca que a socialização psicológica e relacional, a cultura de consumo e bem-estar, a emancipação sexual das mulheres e seu progresso profissional, impulsionaram um direito novo à vida privada e a uma exigência maior de respeito à autonomia feminina.

A perspectiva feminista adota o significado de gênero como uma categoria histórica tornando-a substantiva e analítica, portanto, adjetiva. Não obstante, por não haver um único discurso e modelo de análise feminista, o conceito de gênero se amplifica. Em tal concepção, gênero seria uma modelagem social, mas não necessariamente referida ao sexo. Desta forma, então, vale ressaltar que o gênero pode ser construído independentemente do sexo (Butler, 2008).

De acordo com Saffioti (2001), há feministas que trabalham com o conceito de sexo/gênero, outras ainda que defendem as diferenças biológicas e sexuais para elucidar gênero, e ainda outras, que abraçam o essencialismo social, ou seja, ignoram o biológico. Portanto, sem simplificar ou normalizar tais divergências, não há um modelo feminista e sim, perspectivas que se traduzem por modelos distintos.

Pode-se ressaltar ainda que, muitas vezes, a idéia de gênero é construída indicando certo determinismo de significados do gênero inscritos em corpos diferenciados anatomicamente, sendo estes corpos, abarcados “como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável” (Butler, 2004, p. 26). A partir disso, pode-se dizer que não é possível separar a noção de gênero das interseções políticas e culturais em que ela é produzida e sustentada, ou seja, o gênero nem sempre se constitui de forma consistente e coerente nos diversos contextos históricos e estabelece interseções com modalidades étnicas, sexuais, raciais, classistas e regionais de identidades estabelecidas.

Com uma nova postura da mulher na sociedade ocidental, inicia-se a luta por direitos relativos aos seus corpos. Na busca pelo reconhecimento dos direitos do corpo, rompe-se o muro do silêncio com relação ao aborto, estupro e as violências conjugais. Lipovetsky (2000) pontua que as mulheres “deram uma visibilidade pública aos dramas íntimos” (p. 69). A partir disso, pode-se afirmar que, a mulher posiciona-se em sua autonomia, fazendo valer as exigências de respeito e segurança, denuncia a violência masculina e reivindica novos códigos de comportamentos entre sexos.

De acordo com Giffin (1994), “o privado é político”. As relações de gênero são abordadas como um campo de luta estruturado, essencialmente, pelas recorrentes diferenças de poder entre homens e mulheres. Por conseguinte, a partir disso, é possível elucidar que a categoria gênero é uma maneira primordial de significar relações de poder, pois, nem mulheres nem homens podem situar-se fora dele (Scott como citado em Saffioti, 2001, p. 125).

Dessa forma, o poder permeia as relações entre homens e mulheres, diz Saffioti (1992). Para justificar sua afirmação, a autora recorre ao conceito Weberiano sobre poder. Para Weber, “poder significa a probabilidade de impor a própria vontade, no interior de uma relação social, mesmo contra toda a resistência e qualquer que seja o fundamento desta probabilidade” (Weber, 1964, como citado em Saffioti, 1992, p. 184). Foucault acredita que relações de poder “são constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em campos sociais de força” (Foucault, 1975 como citado em Saffioti, 1992, p. 185).

Dentre as diversas formas de poder, existentes e impostas pela sociedade, está o sexismo, que além de ser uma ideologia, reflete também uma estrutura de poder. Tal estrutura se caracteriza por uma classificação desigual, em detrimento das mulheres, pois, segundo Saffioti (2004), as mulheres são socializadas para emitir comportamentos dóceis e apaziguadores. Em contrapartida, os homens são estimulados a desenvolver condutas e/ou comportamentos agressivos que revelam força e coragem. Isto constitui a origem de diversos fenômenos, dentre os quais se pode ressaltar a violência de gênero, incluindo a violência contra a mulher.

Chauí (1998) define violência, de um modo geral, como todo e qualquer ato de força contra a espontaneidade; ato de brutalidade, sevícia e abusos físico e/ou psíquico contra alguém. A violência caracteriza, também, relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão.

De acordo com Grossi (1998), em relação à violência contra a mulher, considera-se violência todo e qualquer ato agressivo, assassinatos, lesões corporais fruto de espancamento, estupro, violências emocionais e psicológicas. Ainda, segundo Grossi (1998), a violência contra a mulher é usada seguidamente como sinônimo de “violência doméstica”. Tal fenômeno inscreve-se no âmbito da violência de gênero. Na violência de gênero, a mediação é o abuso do poder afirmado pela ideologia do patriarcado, no espaço privado (Grossi, 1998; Safiotti, 2004). Assim como gênero é característico das relações sociais. Do mesmo modo, a violência é constitutiva das relações entre homens e mulheres localizada historicamente na ordem patriarcal de gênero.

É importante pontuar que a ideologia da ordem patriarcal foi traçada para dar cobertura a uma estrutura de poder, pela qual as mulheres se convencem de que a subalternidade é natural. Desta forma, a violência de gênero não é um fenômeno excepcional e de desordem, ela é inerente ao modelo hegemônico de feminilidade e masculinidade existentes na sociedade ocidental; a violência de gênero, especificamente contra a mulher, é historicamente construída e parte do cotidiano. De maneira geral, todas as violências sociais têm determinações de gênero.

Para exemplificar alguns tipos de violência contra a mulher, pode-se utilizar da contribuição de Cardoso (1984), que coloca que a sociedade ocidental impôs a mulher

abdicar de certas profissões, desejos e prazeres para ficarem confinadas em determinados ambientes. Segundo a autora, esta é uma maneira de violência institucionalizada: a mulher ter que abdicar de algumas atividades e ter que se dedicar à família, à maternidade, ao cultivo da mãe como um ser especial, como responsável pelo bem estar dos filhos (Lipovetsky, 2000).

Segundo Grossi (1998), mesmo a família que constitui um laço afetivo, capaz de proporcionar segurança e amor a seus dependentes, pode também ser o terreno fértil de promoção da violência. Deste modo, é pertinente observar algumas colocações da autora acerca da violência doméstica, ilustrada através de duas teorias. A primeira a ser exemplificada é a teoria do Ciclo de Violência Doméstica. Os desentendimentos causados através do não cumprimento dos respectivos papéis sociais que cabem a cada pessoa da relação; o marido agride a mulher. Ele tem o poder. Essa se lamenta, chora, busca auxílio, e faz a queixa formalizada. As repressões das autoridades, somadas as interferências da vizinhança, garantem a ela substancial poder. O marido, então, promete paz e a mulher acredita levando o casal a viver novamente um período de lua de mel. No entanto, no decorrer do tempo as agressões ocorrem novamente, permeando um ciclo vicioso de violência e poder.

O Duplo Vínculo, segunda teoria, Grossi (1998) coloca que está relacionado também à violência conjugal. Existe uma falha na comunicação do casal. No diálogo, muitas vezes cada um diz o que acha que o parceiro quer ouvir, e não o que realmente quer dizer. Nesta situação é possível visualizar uma dificuldade que os parceiros têm em reconhecer seus próprios desejos e essa dificuldade no diálogo, pode resultar em casos de violência.

Embora a violência de gênero tenha origem numa situação complexa, na qual vários fenômenos intervêm, estes não apresentam a mesma capacidade de determinação e nem são da mesma natureza. Deve-se, então, atentar-se para o risco da homogeneização de uma realidade extremamente diferenciada e, por isto, rica (Safiotti, 2001).

Moore (2000) coloca que, na representação da violência, a diferença de gênero não é a única forma de divergência. Desse modo, há outras representações como classe,

raça e etnia. Estas são cruciais na formação dos discursos sobre a identidade social, e são constitutivas de modos de subjetividade da mesma maneira que o gênero.

A violência relaciona-se com situações distintas. Uma destas é quando o comportamento de um indivíduo ameaça a auto-representação e avaliação social de outrem, ou seja, “muitos casos de violência ocorrem em situações onde a parte frustrada corre o risco de sofrer perda material direta – assim percebidas – pela vítima da violência” (Moore, 2000, p. 40). No entanto, independentemente do contexto onde ocorra a violência, esta é “uma agressão que aniquila o indivíduo que a sofre, paralisando-o e impedindo-o de reagir” (Felipe, como citado em Grossi, 1998, p. 297).

Assim, munidas desse arcabouço teórico, fomos a campo ouvir homens e mulheres para que, diante de suas falas, somadas à literatura consultada, possamos levantar, analisar e revelar suas representações sobre violência de gênero.

Objetivo

A partir da experiência do campo etnográfico proposto pela professora de Antropologia, fomos buscar conhecer as representações simbólicas que homens e mulheres constroem sobre violência de gênero.

Método

É o etnográfico somado aos teóricos da antropologia interpretativa. Por uma questão de tempo, estipulou-se que seriam cinco informantes. Destes, dois seriam homens e três mulheres, todos com idades distintas, alguns casados, outros solteiros. Três entrevistas aconteceram nas residências dos informantes que se declararam casados. As outras duas foram realizadas com colaboradores universitários, solteiros da Universidade Estadual de Londrina – PR.

Munidas de uma entrevista semi-estruturada com perguntas pautadas em três questões norteadoras: 1) “Em sua opinião, o que é violência de gênero?” 2) “Quais as principais formas de violência de gênero?” 3) “Para você, há relação entre a classe social e a violência de gênero?”, fomos buscar “*as teias de significação*” (Geertz, 1978) que dão sentido ao fenômeno da violência de gênero.

Foram agendados, com os participantes, o dia e o local para que a entrevista fosse realizada. Após a realização desta, os dados foram transcritos e analisados.

Resultados e Discussão

Apontaremos, então, o resultado de nossa pesquisa.

Pergunta 1: Em sua opinião, o que é violência de gênero?

Informante 1¹:

“Violência é quando você agride uma pessoa, não necessariamente fisicamente, mas também com palavras. Dez palavras doem muito mais do que um soco”.

Informante 2²:

“Violência homem e mulher, depende do ponto de vista, física, moral e psicológica. Também seria a discriminação de gênero. Tortura psicológica”.

Informante 3³:

“Tudo aquilo que nos atinge de uma maneira surpreendente. Assusta, abala psicologicamente, fisicamente. A palavra mal falada, traição, falta de companheirismo. Quando deixa de compartilhar os momentos bons e ruins com a pessoa. Falta de diálogo, isso tudo para mim é uma forma de violência”.

Informante 4⁴:

“Ah meu Deus, é um horror! Não podia existir isso, pois um precisa do outro. É um absurdo, um precisa compreender o outro no dia a dia, na educação dos filhos, em tudo e por tudo”.

¹ Sexo masculino, solteiro, jovem.

² Sexo feminino, solteira, jovem.

³ Sexo masculino, casado.

⁴ Sexo feminino, casada, idosa.

Informante 5⁵:

“Pra mim, aí, quando um não respeita o outro eu acho que já é uma violência, agressão e também, assim, quando muitas mulheres fazem sexo sem vontade é uma violência muito grande entre marido e mulher”.

É possível encontrar semelhanças nas falas dos informantes a respeito do que é violência de gênero, com o que teoriza Chauí (1998) quando afirma que violência pode ser o uso da força contra a natureza de um ser, contra sua espontaneidade, liberdade e vontade, sendo também a violação de alguma coisa valorizada pelo indivíduo ou pela sociedade.

Deste modo, Heise (como citado em Giffin, 1994) afirma que a violência de gênero possui raízes profundas nas relações de poder, atrelada ao gênero, à auto-identidade, à sexualidade, como também, às instituições sociais e que “em muitas sociedades, o direito (masculino) a dominar a mulher é considerado a essência da masculinidade” (p. 147). Por estes fatores a violência de gênero é considerada um fenômeno extremamente complexo.

Alguns informantes – 3 e 5 – falaram especificamente da violência contra a mulher, que, para Grossi (1998), faz parte do senso comum, desde as mobilizações feministas no final dos anos 1970. Sobre esse tema, afirma ainda que são mais comuns os estudos sobre esse tipo de violência no âmbito privado, ou seja, em relações conjugais, que foram também abordadas pelos informantes.

A fala do Informante 3 traz de forma sutil a sua definição da violência de gênero. Define esta, em situações onde ocorre a palavra mal falada e a falta de diálogo. Esse discurso está presente na teoria de Grossi (1998) quando a autora aborda a problemática da falha na comunicação relacionada à violência conjugal. Em tal situação, é possível visualizar uma dificuldade que os parceiros têm em reconhecer seus próprios desejos, podendo resultar em atos de violência.

Pergunta 2; Quais as principais formas de violência de gênero?

⁵ Sexo feminino, casada.

Informante 1:

“Eu acho que as principais formas vai ser a violência física, violência verbal. Quando você tá desvalorizando o outro gênero, não necessariamente pessoal ou em relação homem e mulher, mas profissionalmente também você vai menosprezar o outro gênero”.

Informante 2:

“Psicológico, moral e físico”.

Informante 3:

“Traição. Pois traição envolve tudo, na minha opinião, por intermédio dessa violência pode acontecer de tudo na minha opinião. Violência física, marido que mata mulher... Pra mim é isso”.

Informante 4:

“Mais a física, né? Verbal também é muito triste porque têm muitas pessoas que ouvem cada coisa que não tem condição, um tapa na cara doía muito menos”.

Informante 5:

“Pra mim a pior forma de violência é a sexual, é uma ofensa muito grande, cúmulo do absurdo. É melhor uma surra do que ser violentada dessa forma. Eu vejo por esses relatos de mulheres que passam na TV, estupro... É a pior violência”.

A respeito dos tipos de violência de gênero que foram observadas nas falas dos informantes é possível encontrar várias delas, nas considerações feitas por Grossi (1998) sobre o atendimento nas Delegacias Especiais de Atendimento a Mulheres. A autora aponta como sendo violência de gênero, “qualquer ato agressivo que possa ser aferido num boletim do Instituto Médico Legal, ou seja, assassinatos, lesões corporais fruto de espancamento, estupro, etc” (p. 296). Considera ainda violências emocionais e psicológicas, assim como nos foi citado por alguns informantes. Sobre este tipo de

violência, explanado especificamente pela Informante 4, Heise (como citado em Giffin, 1994) argumenta que o abuso psicológico e moral são tão danificantes quanto o abuso físico, sendo muitas vezes considerado pior, na experiência das mulheres.

A Informante 2, em sua fala, contribui afirmando que a violência pode comprometer o psicológico, moral ou físico. A opinião da informante vem de encontro com a fala de Saffioti (2004), que define a violência, como sendo a ruptura de qualquer forma de integridade: física, psíquica, sexual e moral.

A Informante 5 considerou o pior tipo de violência de gênero a violência sexual. A respeito disso, Albano e Montero (1982) apontam que, muitas vezes, a mulher é vista como propriedade masculina; a mulher casada pertence ao marido, sendo que seus desejos e vontades raramente são levados em consideração.

O relato do Informante 1 corrobora com o da literatura, no momento em que tecê um comentário sobre a desvalorização de gênero, principalmente no âmbito profissional. Sobre isso Cardoso (1984) salienta que o fato da mulher abdicar de sua vida profissional em prol da família também é uma forma de violência, uma vez que a mulher fica confinada nesse ambiente em prol de suas tarefas domésticas e sublima seus desejos.

A noção dos informantes sobre as principais formas de violência de gênero estão marcadas pelas agressões físicas e sexuais. Silva (1992) afirma que é comum que essas expressões da violência sejam as mais lembradas, mas que é necessário observar que essas violências mais explícitas, refletem comportamentos repletos de conteúdo violento, mesmo na ausência de um ato deste tipo.

Pergunta 3; Para você, há relação entre a classe social e a violência de gênero?

Informante 1:

“Eu acho que no rico tem mais violência do que no pobre. Eu acho que é mais por parte da classe social que por parte da violência de gênero, porque numa classe social mais baixa eu acredito que as pessoas se entendam melhor. Elas conseguem conversar mais. E eu acho que porque as duas trabalharam a vida inteira ou lutaram a

vida inteira pra conseguir o que tem, elas conseguem entender ou ver o lado da outra pessoa. Já numa classe social alta, a pessoa pensa mais nela mesma, então, cria mais briga entre o relacionamento”.

Informante 2:

“Acredito que sim, porque começando pela discriminação moral. A classe alta é bem colocada. Nem tanto pelo dinheiro, mas pelo maior esclarecimento, mulher conhece os direitos dela e a mulher de baixa renda não conhece os direitos e sem salário acaba passando sem entender e reconhecer os direitos”.

Informante 3:

“Para mim, pode acontecer em qualquer classe. Onde não há respeito, a violência acontece independente da classe. Tem rico que vive em pé de guerra e pobre também, mas tem pobre que é mais feliz que rico”.

Informante 4:

“Eu acho que em qualquer uma, mas eu acho que na pobre ocorre muito mais. Por causa da falta, que a dificuldade que o pobre passa. Às vezes, os motivos das brigas são por causa dele”.

Informante 5:

“Eu acho que acontece nas duas, mais na classe pobre. Porque não tem cultura, os homens humilham muito as mulheres, por as mulheres ficarem em casa, os homens folga mesmo!”.

Sobre a questão de haver ou não relação entre classe social e violência de gênero, pode-se observar que o Informante 1 considera que há mais casos desse tipo de violência em classes mais altas, enquanto o Informante 3 considera que violência de gênero não depende de classe. Na fala dos demais informantes, há a representação do estereótipo de que “pobre apanha mais”. Segundo Albano e Montero (1982), “a pressão

econômica pode [...] aguçar o extravasamento da agressividade” (p. 114), mas não é suficiente para explicar a mulher como objeto privilegiado da violência masculina. Para Burke (2004), o estereótipo pode não ser inteiramente falso, mas amiúde exagera determinados traços da realidade e omite outros. Deste modo, como explanado por Heise (como citado em Giffin, 1994), a violência de gênero se dá em todos os grupos sócio-econômicos.

Foi possível visualizar certo consenso na fala dos informantes 1 e 3, masculinos, a crença na qual pessoas da classe menos favorecida experimentam o sentimento de felicidade mais vezes do que o indivíduo da classe mais abastada. Aqueles menos favorecidos economicamente compartilham esforços para obter as coisas do desejo; o “outro”, seu parceiro (a) é visto como a pessoa que compartilha e soma, jamais sendo diminuído. Já as informantes 2, 4 e 5, mulheres, independente do estado civil e social, contradizendo as falas masculinas, revelam que indivíduos da classe pobre são os que estão propensos a vivenciar uma situação de violência de gênero. Elas justificam, atribuindo a esta situação, o estado de subalternidade da mulher pobre devido à falta de instrução, fator que as desautorizam, ficando sujeitas as agressões físicas, emocionais, materiais, morais e psicológicas, discurso que remete a fala de Saffioti ao fazer referência do sistema patriarcal.

Uma possível explicação para este comportamento das informantes do sexo feminino pode ser novamente explicado por Miriam Grossi (1998). A autora argumenta para justificar a violência de gênero na conjugalidade no Ocidente quando caracteriza este tipo de violência estar centrado no projeto afetivo/emocional. De acordo com a autora, estes sentimentos são naturalizados nas culturas individualistas, ocidentais, cristãs, modernas: o amor-paixão, o sacrifício.

A fala das informantes 2 e 5 corrobora o que Rosiska (1993) coloca sobre a busca das mulheres pela igualdade, sobrou o resultado de uma equação capenga: “feminino + masculino= masculino”. Um resultado que alimentou uma crise psicossocial, ainda presente no imaginário de algumas mulheres.

Rosiska (1993) mostrou, ainda que, nos fins dos anos 1960, o movimento de mulheres redefiniu o papel social destas na história, tornando-as protagonistas do

cenário político, social e cultural, o que resultou num abalo estrutural da ordem social ocidental. Nas falas das informantes do sexo feminino foi possível perceber uma subordinação de classe e de gênero permeando o imaginário feminino.

Considerações finais

Considerando que este artigo se propôs em relatar a experiência de campo etnográfica de cinco alunas do primeiro ano de graduação do curso de psicologia da UEL/Londrina, é pertinente pontuar para a importância dessa experiência adquirida com esta atividade. Ter a oportunidade de aprofundar as leituras sobre o conceito de gênero, assim como colocado por Blass (como citado em Mariano, 1998), é preparar para ter outro olhar sobre o mundo, no qual se busca apreender, especificamente, sobre as relações sociais entre os sexos enquanto construção histórica e, não mais, o estudo das incompatibilidades. É ter “um olhar voltado para compreende a existência de diferenças entre homens e mulheres, mas que pretende desmitificar as desigualdades entre ambos” (p. 2).

Segundo Castro (como citado em Mariano, 1998), gênero é cultura e também é poder, pois é consequência da produção social e histórica que compõe um sistema de representação simbólica, aceita pela sociedade e que resulta na definição de padrões de comportamentos e valores que são atribuídos ao feminino e ao masculino, nos quais são transmitidos de uma geração para outra.

Deste modo, a imagem que cada um dos性os tem sobre o outro e sobre si é aquela que eles receberam, internalizaram e reproduziram por meio da convivência com um grupo de indivíduos. Por ser uma construção social, as relações de gênero, estão presentes nos diversos contextos da sociedade, como por exemplo: família, educação, arte, religião, política, economia e trabalho (Mariano, 1998).

Por conseguinte, gênero, no ocidente, está relacionado a poder. As relações entre homens e mulheres se estabelecem com um caráter de superioridade e inferioridade que motiva a assimetria entre os sexos, legitimando a submissão da mulher ao homem através da imputação de valores desiguais entre ambos. Através disso, se estabelece um padrão referente ao papel do homem associado ao chefe da família, como o superior no

trabalho, como a autoridade na esfera política (Mariano, 1998). Com o conceito de gênero é possível “desnaturalizar” tais desigualdades entre homens e mulheres, ao ampliar o campo de compreensão para as esferas social e cultural (Mariano como citado em Rede mulher de educação, 1996).

O termo gênero tem como função “desconstruir” teorias e ideologias que estigmatizam os papéis sociais, reforçando e legitimando a discriminação (Mariano, 1998).

Sendo assim, enquanto alunas do curso de Psicologia, entendemos ser fundamental o exercício de desconstrução de estereótipos para a compreensão do ser enquanto indivíduo. Este trabalho oportunizou a nossa reflexão sobre a construção de gênero na sociedade, através da observação dos padrões esperados pelos indivíduos dessa mesma sociedade, uma vez que são constantes as discussões sobre normatização de gênero no âmbito acadêmico, esta experiência etnográfica, ímpar no processo da nossa formação acadêmica e de futuras psicólogas, nos fortaleceu ao nos “imprimir” com o “olhar antropológico”. Tornamo-nos sensíveis para as questões da alteridade onde os “sentidos” trazidos pelo outro, somam e enriquecem as relações sociais e não as tornam desiguais.

Discussões sobre gênero permeiam diretamente a formação e socialização dos indivíduos na sociedade, ou seja, nós e as pessoas que serão nossos futuros clientes/pacientes. Este trabalho possibilitou um crescimento interior, no que diz respeito às discussões aqui levantadas e, principalmente, pela atividade de trabalho de campo, em que, nós, alunas-pesquisadoras, nos “enxergamos” no outro, visto que, ao mesmo tempo, em que analisávamos as suas falas, dos informantes, nos identificávamos com o objeto desse estudo. De sujeitos, nos vimos objetos.

É importante ressaltar também que, por ser esta atividade educativa uma pesquisa qualitativa, está intrinsecamente ligada à prática da Psicologia, mais especificamente da Psicologia Social – campo de estudo que nos possibilitou, atualmente, discentes do quarto ano, a nos manter sensíveis para a prática deste “olhar” que sai em busca de respostas para além daquilo que foi “dito”, um “olhar” mais amplo e crítico sobre a temática tratada neste estudo.

Referências

- Albano, C., & Montero, P. (1982). Anatomia da violência. In T. Madel (Org.), *Lugar da Mulher*. Rio de Janeiro: Graal.
- Burke, P. (2004). Esteriótipos do outro. In *Testemunha ocular*. Bauru: EDUSC.
- Butler, J. (2008). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. 2a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cardoso, R. (1984). *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Chauí, M. (1998). *Ensaio: Ética, violência*. (Cd. 39, out/nov/dez.)
- Costa, A. O, &. Bruschini, C. (Orgs.). (1992). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- Geertz, C. (1978). Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara.
- Giffin, K. (1994). Violência de gênero, sexualidade e saúde. *Caderno Saúde Pública*, 10 (supl. L), 146-155.
- Grossi, M. (1998). Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In J. M. Pedro & M. Grossi (Orgs), *Masculino, feminino, plural: Gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Ed. Mulheres.
- Lipovetsky, G. (2000). *A terceira mulher* (M. L. Machado, trad.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Mariano. S. A. (1998). Mulher e gênero na visão das empresárias do setor imobiliário de Londrina. *Revista Mediações*, 3(2), 47-54.
- Moore, H. (2000). Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. In A. Pisticelli, & M. F. Gregori (Orgs). *Cadernos Pagu* (14). Corporificando gênero.
- Oliveira, R. D. (1993). *Elogio da diferença: O feminino emergente*. São Paulo: Brasiliense.
- Saffioti, H. (2011). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, 115-136.

Saffioti, H. (2004). *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo.

Santos, L. R. (2009). Entendendo a construção social das diferenças de gênero. In M. N. Figueiró (Org), *Educação sexual: Múltiplos temas, compromisso comum*. Londrina: EDUEL.

Silva. M. V. (1992). *Violência contra a mulher: quem mete a colher?* São Paulo: Cortez.

Toledo, L. R. (2007). *Violência doméstica e familiar: uma demanda a ser enfrentada*. *Revista PUC Viva*, 30.